

## A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: GÊNESE E EVOLUÇÃO

BATISTA, Janiele Ferreira  
*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)*  
[jane\\_nielly@hotmail.com](mailto:jane_nielly@hotmail.com)

RÊGO, Janielle Kaline  
*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)*  
[janielekaline@hotmail.com](mailto:janielekaline@hotmail.com)

SILVA, Telma Maria de oliveira  
*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)*  
[telmadavi25@gmail.com](mailto:telmadavi25@gmail.com)

PONTES, Marcela Renato Vieira de  
[marcelaejesus@hotmail.com](mailto:marcelaejesus@hotmail.com)

SATURNINO, *Professor Dr. Marcelo da Silva*  
(Orientador)

**RESUMO:** No cenário educativo a escola ganha atenção especial por ser o ambiente propício para o desenvolvimento do homem, neste sentido, as políticas educacionais constituem-se como um conjunto de ações do Estado para cumprir direitos adquiridos para a constituição/formação humana na construção social, desta forma, assegurando a qualidade em um processo pedagógico marcado pela cegueira de fatores intra e extraescolares. Sendo este estudo resultante de uma pesquisa em andamento e apresenta metodologia qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. Nosso objetivo é propiciar o conhecimento teórico acerca da criança como sujeito de direitos e pessoa em pleno desenvolvimento legal e social, como também, conhecer e refletir a criança nas articulações políticas educacionais. Esta pesquisa embasou-se em livros sobre Políticas Públicas e Educação Infantil, documentos oficiais como LDB (9.3940/96), ECA de 1990 e Constituição Federal de 1988 e em estudos teóricos: Priore (1991), Bujes (2002), Dias (2005), Souza (2007) entre outros. Portanto, este estudo inicialmente tem buscado favorecer o desenvolvimento da aquisição de um breve passeio pela trajetória da Educação Infantil no Brasil e a efetivação dos direitos educacionais, em relação à criança com a sociedade. Os resultados apontam que o ensino efetivo da educação inclusiva necessita que a gestão educacional fique mais atenta as necessidades de atenção que a infância precisa.

**PALAVRAS - CHAVE:** Infância, Educação Infantil, Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

Observamos que a educação em nosso país tem uma trajetória marcada por fatores intra e extraescolares, que por vezes fazem com que nosso sistema educacional seja belo em sua escrita, mas que na realidade sofre grandes desafios proposto por um inequívoco de nossa sociedade, uma vez que, antes de obtermos a tão almejada qualidade, antes precisemos compreender o que interpõe nas entrelinhas de nossas políticas educacionais.

Nesta perspectiva, a história da educação brasileira traz a concepção de Infância e de Educação Infantil, que passou por mudanças significativas originando a definição de novas políticas públicas de atendimento, bem como legislação específica para esse nível de ensino. Apesar dos avanços das políticas públicas em relação à educação de crianças de zero a cinco anos, estas ainda se encontram fragilizadas e, muitas vezes, contraditórias.

A Educação Infantil, ainda, carece de uma política pública que vise garantir o atendimento às necessidades das crianças que interage ações de cuidado e educação. Que busque, sobretudo, a implementação de ações que assegurem, a um só tempo, o acesso a todas as crianças de 0 a 6 anos, mediante expansão de vagas, e que promovam a melhoria das condições de atendimento em Instituições de Educação Infantil (DIAS, 2005, p.27).

A expansão da Educação Infantil tem ocorrido no Brasil, a partir de 1970. Os principais fatores foram: crescente urbanização, participação e inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, luta dos movimentos sociais, nivelamento de oportunidades para reafirmar a Teoria de Privação Cultural, entre outros. A Constituição Federal de 1988 e o ECA de 1990 foram dispositivos legais que contribuíram para a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, no qual afirma a educação como um direito social e ratifica a Educação Infantil como dever de Estado.

Por isso nosso objetivo consiste em propiciar o conhecimento teórico acerca da criança como sujeito de direitos e pessoa em pleno desenvolvimento legal e social, como também, conhecer e refletir a criança nas articulações políticas educacionais.

Sabemos que a intencionalidade pedagógica se tem caracterizado como a ferramenta necessária que re-configurou toda a trajetória da Educação Infantil no Brasil, ofereceu a dimensão

pedagógica e política dessa etapa da educação básica, no sentido de valorização dos profissionais atuantes e melhores condições de trabalho.

Dessa forma o presente trabalho emerge da efetiva constatação das dificuldades que os professores e crianças/alunos enfrentam para concretizar a Educação Infantil no cotidiano escolar, tendo como objetivo principal a criança como sujeito de direitos e pessoa em desenvolvimento, com definição legal e contexto cultural.

Neste sentido, nosso estudo é resultante de uma pesquisa andamento e apresenta metodologia qualitativa, do tipo estudo de caso, em parte bibliográfica, documental e observação assistemática. Para isto, utilizamos embasamento em livros sobre Políticas Públicas e Educação Infantil, documentos oficiais como Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 em estudos teóricos: Priore (1991), Dias (2005), Bujes (2002), Souza (2007) entre outros.

Portanto, este estudo inicialmente tem buscado favorecer o entendimento do caminho histórico dos modelos de educação institucionalizada de crianças no Brasil para compreensão da atual conjuntura de relações sociais e, sobretudo, reivindicação de políticas públicas educacionais para um atendimento pedagógico nessas instituições.

Os resultados apontam que o ensino efetivo da Educação Infantil necessita que as Políticas Públicas Educacionais busquem através da mediação, a importância de a criança iniciar o seu processo de socialização fora do contexto familiar, levando em consideração os direitos conquistados durante todo seu percurso para construção da aprendizagem e materialização de pessoa em construção social no cenário da educação brasileira.

## **METODOLOGIA**

Para realização deste artigo será empregado um estudo baseado em uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental e resultados pautados em autores que procuram explicar o contexto da Educação Infantil.

No que concerne ao estudo de caso este se configura como um instrumento de pesquisa que concede ao pesquisador a oportunidade que um problema seja estudado com mais profundidade dentro de um espaço, para ser situado em discussões acadêmicas.

No que se refere aos estudos bibliográficos, foi realizada leituras de publicações e livros destinados aos profissionais que lidam com as crianças em campos pedagógicos.

É de máxima importância definir com exatidão a área de conhecimento humano [...] a que pertence o nosso tema e determinar os fundamentos teóricos que lhe servem de base [...] O conhecimento e aprofundamento desta, bem como a resolução de dúvidas que sobre a mesma eventualmente possa aparecer, obtém-se pelo estudo e consulta de livros, obras, etc (RUDIO, 1986, p.48-49).

Quanto à análise documental, procuramos fazer uma análise sobre o que de fato acontece na realidade, o que tais documentos estudados objetivam, esta consistirá no estudo da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB (lei nº 9394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, onde ambos têm finalidade de evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais e culturais na sociedade brasileira com prerrogativa da dimensão do educar.

Por isso, compreendemos que mediante tais instrumentos de métodos foi possível aproximar o marco teórico com a realidade, compreendendo que a crescente conscientização da importância das denominadas “pré-escolas”, “berçários” e/ou “jardins de infância”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O surgimento das instituições de atendimento à criança evidencia que as funções de assistência e cuidado foram ao longo do tempo desapropriadas das famílias, sobretudo, das mães trabalhadoras. Para tanto segundo Priore (1991):

Analisar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo (PRIORE, 1991, p.3).

Com a crescente conscientização da importância de a criança iniciar o seu processo de socialização fora do contexto familiar, cada vez mais cedo, expandiram-se as denominadas “pré-escolas”, “berçários” e/ou “jardins de infância”. O surgimento das instituições de atendimento à criança evidencia que as funções de assistência e cuidado foram ao longo do tempo desapropriadas das famílias, sobretudo, das mães trabalhadoras. Para Souza (2007):

A educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX. [...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites, já tinha seus principais expoentes no Rio de Janeiro, desde 1875. [...] No setor público, o jardim-de-infância, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada (SOUZA, 2007, p. 15-16).

No Brasil, a educação da criança fora do espaço doméstico e do convívio familiar, iniciou-se no final do século XIX a partir de diversos contextos de demandas. O atendimento às crianças de 0 a 5 anos em instituições especializadas remonta sua gênese com as transformações de ordens sociais e econômicas, que de fato provocaram mudanças nas relações de trabalho em função do modo de produção capitalista, ocasionando, por exemplo, o abandono da mulher dos afazeres domésticos e cuidado/criação dos filhos pela necessidade de sobrevivência familiar.

Também havia pressão social dos trabalhadores urbanos que perceberam na creche um direito viabilizador de melhores condições de vida. No século XX, a educação brasileira acompanha transformações econômicas, políticas e sociais, entre as quais se destacam o debate em torno do cuidado, preservação e preparação da infância.

A partir de 1930, o Estado assumiu o papel de buscar financiamento de órgãos privados, que viriam a colaborar com a proteção da infância. Diversos órgãos foram criados como: Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Previdência Social e Assistência social, Ministério da Educação e também a iniciativa privada. A preocupação da década centrava-se no combate à mortalidade infantil, por isso optaram por desenvolver atividades voltadas para educação física e perspectiva higiênica das crianças como fator de desenvolvimento das mesmas.

Iniciou-se a organização de creches, jardins de infância e pré-escolas de modo desordenado e com o intuito de respostas imediatas, como se os problemas infantis criados pela sociedade, pudessem ser resolvidos por essas instituições. Em 1940 surgiu o departamento Nacional da Criança, cuja finalidade era a ordenação das atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência, administrados pelo Ministério da Saúde.

Nos anos de 1960, o Departamento Nacional da Criança enfraqueceu-se e teve que transferir algumas de suas responsabilidades para outros setores. Na década de 1970, tem-se a promulgação da lei nº 5.692, de 1971, o qual faz referência à educação infantil, dirigindo-a como ser conveniente à educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes.

Tal lei recebeu inúmeras críticas, quanto sua superficialidade, sua dificuldade na realização, pois não havia um programa mais específico para estimular as empresas a criação das pré-escolas. No final dos anos 70 e, sobretudo na década de 80, surgiu em São Paulo o “Movimento de Luta por Creches”. De acordo com Merisse (1997):

O Movimento de luta por creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto por direitos sociais e da cidadania, modificando e acrescentando significados à creche enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que

deveria ser compreendido não mais como um mal necessário, mas como alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e a família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável (MERISSE, 1997, p. 49).

O resultado desses movimentos foi o aumento do número de creches e pré-escolas mantidas pelo poder público e a multiplicação de creches e pré-escolas particulares conveniadas com os governos municipais, estadual e federal. Analisando o histórico da Educação Infantil no cenário brasileiro compreendemos que a Educação Infantil tem sua origem e materialidade com a prestação de assistência a saúde e preservação da vida, não se vinculando com o fator educacional. Segundo Bujes (2002):

A educação Infantil, tal como a conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica entre os aparelhos administrativos, médico, jurídico e educacional – incluídas aqui família e escola – devidamente assessorados por um saber científico. Ainda que tal aliança não exista a partir de uma intencionalidade prévia, ela tem por finalidade o governo da infância, a fabricação do sujeito infantil (BUJES, 2002, p.42).

As multifacetadas da infância são formas de expressão da criança que revelam a identidade e a dinâmica de apropriação e objetivação de seu desenvolvimento cultural. Diante disso, tem-se a compreensão do sujeito como ser histórico-social que se desenvolve de acordo com o contexto, envolve o modo de apropriação de qualidades especificamente humanas disponíveis e, ao mesmo tempo necessárias para viver em dada época.

Os contextos histórico-sociais da vida humana influenciaram a perspectiva vigente de infância e criança. A atual concepção recebeu contribuições das discussões que se deram nas áreas de psicologia, historiografia, sociologia, antropologia. A Infância brasileira, segundo documentos oficiais, possui mais oportunidades de apropriar-se de experiências diversificadas e significativas a sua humanização, por meio das políticas públicas educacionais, como por exemplo, que asseguraram à criança o direito à matrícula e acesso à escola a partir dos seis anos de idade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Brasil, o atual processo de escolarização das crianças pequenas denota a inserção e o reconhecimento de sua cidadania como um sujeito de direitos, mas também se caracteriza como



uma maneira de captura e de escolarização precoce no sentido da disciplinarização, normalização e normatização do corpo, das palavras e gestos, na produção de um determinado tipo de indivíduo.

As crianças estão rodeadas por adultos, são eles os responsáveis em proporcionar as condições favoráveis de interação com o meio social e cultural. A abordagem histórica permite a reflexão das práticas educativas a partir do olhar que se faz da criança. Portanto, cabe ao professor, tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, utilizando sempre as relações entre os conteúdos e contexto histórico para dar significado ao aprendizado.

A Educação Infantil é a base do processo de desenvolvimento da criança e, por isso, deve ser trabalhada da melhor forma possível, para que assim as crianças possam alcançar o desenvolvimento pleno na esfera social, emocional, educacional, enfim, em todas as áreas de sua vida. Diante disto, dilatamos que a discussão parte de que é necessário pensar a instituição da Educação Infantil como um espaço de amplitude social onde deve oferecer possibilidades para exercer um contexto de Políticas Educacionais.

Por isso, buscamos uma reflexão aqui, visando aprimorar o conhecimento acerca do desenvolvimento da criança que surge em decorrência de um reflexo da realidade, na qual, a modalidade de ensino de fato remete-nos então, para a necessidade de uma análise da compreensão sobre tudo do discurso enraizado na articulação da infância como base para o amadurecimento da vida social.

É pensando sobre como é vista e situada esse campo de estudo, que atentamos para o ser criança, que ao longo da modernidade, foi ignorada e desvalorizada. Nossos resultados apontam que a Educação Infantil é, potencialmente, um estágio do desenvolvimento humano que configura e reconfigura a aquisição da construção de saberes e de cultura, entendemos que o espaço escolar ainda não consegue romper com o antigo modelo educacional centralizador.

Por outro lado, consideramos a questão igualitária e sua freqüente associação à conjuntura política, por isso, pode ser algo que ofusque os nossos conhecimentos acerca do desenvolvimento da criança enquanto ser social, uma vez que, os profissionais estejam suficientemente capacitados para atuar a frente das diversas situações, em que um processo de ensino aprendizagem seja casado com os cenários vigentes.

Vislumbra-se assim, contribuir para que a primeira etapa do ensino seja reconhecida como essencial na vida escolar de qualquer criança, impulsionando a formulação e a implementação de políticas, que valorizam e corroboram para a qualidade da formação profissional.

Foram grandes avanços na história da educação infantil, porém, a atual conjuntura educacional ainda aponta para a necessidade de grandes mudanças. Precisamos agora de avanços (buscar a qualidade), onde professores mais qualificados poderão conceder aos alunos um ensino melhor, onde haverá a implantação de uma política mais consistente e duradoura.

Para isto são necessárias várias ingerências: políticas educacionais que possam vir de encontro das necessidades, profissionais qualificados, políticas sociais que visem a reestruturação do ensino construtivo direcionado a infância, para que a criança seja parte dessa história como sujeito participativo .



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada no dia 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1 - 3.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 2010, p.7.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 2. Ed. Brasília: MEC/SEB, 2009b.

BUJES. M. I. E. **Infância e maquinaria**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DIAS, Adelaide Alves, SOUZA JÚNIOR, Luiz de. **Direito e obrigatoriedade na Educação Infantil**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

MERISSE. A. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In MERISSE. A et al. **Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo. Arte e Ciência, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec; 2006.

PRIORE, Mary del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. Disponível em: Acesso em 26 ago. 2011.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.